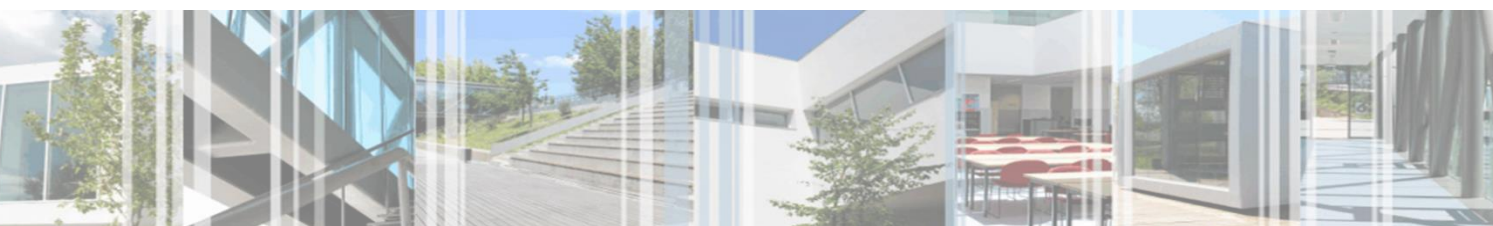


agrupamento
de escolas de
rio tinto nº3



Projeto Intervenção

Revisto e Aprovado em Conselho Pedagógico em 28 de junho de 2023



1. OBJETIVO

O **Projeto de Intervenção** do Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º3 (AERT3) pretende desenvolver uma cultura de avaliação pedagógica comum, em que as práticas de avaliação sejam integradas nos processos de ensino e de aprendizagem. As aprendizagens, objeto de avaliação, serão desenvolvidas nas diferentes disciplinas, de acordo com as Áreas de Competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (PASEO) e com as *Aprendizagens Essenciais* de cada área disciplinar ou disciplina.

Este *Projeto de Intervenção* materializa um conjunto de “perspetivas teóricas e práticas de avaliação pedagógica” (Fernandes, 2021h, p. 6), de um grupo alargado de docentes dos diferentes níveis de ensino. Pretende dar resposta às duas principais fragilidades relativas à avaliação pedagógica no AERT3, identificadas ao nível do processo de avaliação externa das escolas, implementado pela Inspeção-Geral de Educação e Ciência (IGEC). São elas, “a avaliação para as aprendizagens não é suficientemente sistemática, intencional e primordial, em particular no ensino secundário, convivendo culturas relativamente díspares no que toca à avaliação dos alunos, carecendo, ainda, de uma apropriação concetual e de uma aplicação mais consolidada e generalizada” (IGEC, 2023, p. 10) e “O recurso à metodologia de projeto e às atividades de exploração e experimentais, não obstante, constarem do planeamento, não são práticas generalizadamente utilizadas por todos os docentes (IGEC, 2023, p. 9).

É um projeto em sintonia com o *Projeto Educativo do Agrupamento*, que identificou como prioridade de intervenção ao nível do Eixo, Inovação, Criatividade e Empreendedorismo, a promoção do trabalho colaborativo e uma cultura de projetos, assim como, o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar (*Projeto Educativo*, p. 13), e tem em conta “os fundamentos e os princípios em que se baseiam as práticas de avaliação pedagógica” (Fernandes, 2021h, p. 13).

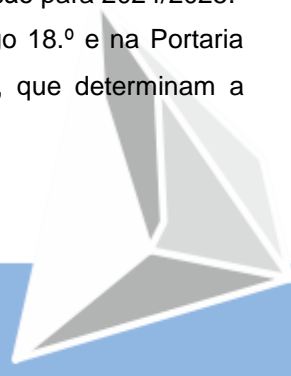
É um projeto de ação que assume que a avaliação influencia as formas como os alunos estudam e preparam as atividades escolares, as dinâmicas pedagógicas pensadas pelos docentes, os projetos educativos e o papel que os pais e os encarregados de educação podem desempenhar no acompanhamento das aprendizagens dos seus filhos e educandos (Fernandes, 2021i).

Considerando a redefinição de práticas pedagógicas e avaliativas este projeto visa:

- Ser um documento orientador das práticas pedagógicas e avaliativas para todo o Agrupamento (todas as disciplinas e todos os níveis de ensino e anos de escolaridade);
- Facilitar a reflexão no que respeita aos procedimentos de avaliação com o objetivo de melhorar, reestruturar e/ou alterar as práticas de avaliação vigentes;
- Desenvolver a avaliação como processo pedagógico para apoiar o ensino e as aprendizagens;
- Induzir dinâmicas pedagógicas, didáticas e organizativas;
- Promover uma mudança progressiva no paradigma da avaliação;
- Promover a equidade e a inclusão.

Está planeado para uma implementação generalizada em 2023/2024, com análise SWOT (pontes fortes, fracas, oportunidades e ameaças) no final desse ano de implementação e eventual revisão/reformulação para 2024/2025.

A sua construção encontra suporte legislativo na Portaria 223-A/2018, de 3 de agosto, artigo 18.º e na Portaria 226-A/2018, de 7 de agosto, artigo 20.º, e na Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto, que determinam a organização dos critérios de avaliação num referencial comum na escola.



2. ENQUADRAMENTO

Os documentos curriculares de referência que orientam as práticas de ensino, de aprendizagem e de avaliação incluem, em lugar cimeiro, o PASEO¹, concretizado ao nível das *Aprendizagens Essenciais*² de cada disciplina. Consequentemente, o PASEO constitui “a matriz para as decisões a adotar” (Martins, *et al.*, 2017) pelos agrupamentos, no sentido de dotar os alunos de múltiplas literacias e de diversas capacidades, as quais têm reflexo no *Projeto Educativo do AERT3* e neste *Projeto de Intervenção*.

O Decreto-Lei n.º 54/2018³, tendo como objetivo uma escola inclusiva, assume a adequação dos processos de ensino às características de cada um dos seus alunos, apostando-se na diversificação de estratégias e no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Em consonância, o Decreto-Lei n.º 55/2018⁴ determina que as escolas, no âmbito do seu planeamento curricular, devem estabelecer prioridades que possibilitem a aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, mobilização crítica e autónoma de informação, de comunicação, de implementação de trabalho de projeto e do exercício de cidadania ativa. Além disso, a Portaria n.º 223-A/2018⁵, a Portaria n.º 226-A/2018⁶ e a Portaria 235-A/2018⁷ determinam a centralidade da avaliação formativa em todo o processo de ensino e de aprendizagem, atribuindo-lhe um caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens e recorrendo a uma diversificação de processos de recolha de informação com finalidade formativa e fundamenta a definição de estratégias de apoio às aprendizagens.

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, constitui o documento de referência para um trabalho na escola que implique uma aprendizagem plural e responsável na construção de uma democracia cívica. No sentido da sua concretização o Plano Estratégico de Educação Para a Cidadania do AERT3 é um instrumento orientador do trabalho a desenvolver para consubstanciação dos princípios, valores e áreas de competência preconizadas no PASEO, das aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal, social e intercultural e das competências para uma cultura de democracia.

3

3. CONJUNTO DE PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

A avaliação é um processo eminentemente pedagógico que tem de ser naturalmente integrada nas atividades que se desenvolvem no dia-a-dia, em contexto de aprendizagem. Deve ser simples, exequível e facilmente compreendida por todos os intervenientes. Corresponde também a uma construção social e, portanto, subjetiva, dependente das crenças dos intervenientes no processo (Fernandes, 2021i). No entanto, pode e deve ser credível, útil e rigorosa, porque criterial e, preponderantemente, holística, tendo como derradeiro propósito estar ao serviço dos alunos e dos professores (Fernandes, 2021i).

¹ Despacho n.º 6478/2017 de 26 de julho: Homologa o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

² Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto: Homologa as *Aprendizagens Essenciais* das disciplinas dos Cursos Científico-Humanísticos, Despacho n.º 8476-A/2018, de 31 de agosto: Homologa as *Aprendizagens Essenciais* das disciplinas dos Cursos Científico-Humanísticos e Despacho n.º 7414/2020, de 24 de julho: Homologa as *Aprendizagens Essenciais* das disciplinas das componentes de formação sociocultural e científica dos cursos profissionais.

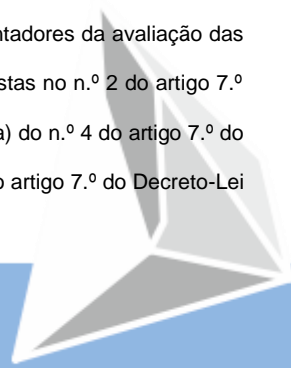
³ Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro.

⁴ Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens

⁵ Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto: Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

⁶ Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto: Regulamenta os Cursos Científico-Humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

⁷ Portaria 235-A/2018, de 23 de agosto: Regulamenta os cursos profissionais a que se referem a alínea b) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.



A avaliação visa, assim, promover e melhorar o ensino e as aprendizagens de todos os alunos. É um processo multidimensional, capaz de integrar todos os alunos, motivando-os e preparando-os para o “desenvolvimento de novas aprendizagens que [lhes] permitam (...) responder criticamente às múltiplas exigências das sociedades contemporâneas” (Fernandes, 2021i). A avaliação acompanha os alunos e está próximo deles, o que implica uma outra forma de estar nas salas de aula por parte dos professores e também por parte dos alunos. Trata-se de um processo que coloca, no centro de toda a ação pedagógica, o aluno e as aprendizagens que tem de desenvolver. Para se dar cumprimento a este propósito, a implementação da avaliação pedagógica deve assumir os seguintes princípios, de acordo com Fernandes (2021i):

- **Transparência:** a avaliação é do conhecimento de todos os intervenientes através dos seus critérios, os quais incluem, finalidades, procedimentos, momentos, intervenientes e processos de recolha de informação.
- **Melhoria das aprendizagens:** o propósito da avaliação é apoiar os alunos na melhoria das suas aprendizagens e do seu sucesso.
- **Integração curricular:** as tarefas propostas pelo docente têm de permitir o ensino, a aprendizagem e a avaliação.
- **Diversificação:** de processos e de intervenientes, no sentido de se recolher informação que avalie, de forma holística, os alunos.
- **Positividade:** a classificação deve assumir um conjunto diversificado de processos de recolha de informação, com os quais os alunos estão devidamente familiarizados, através de processos prévios de aprendizagem e deve dar várias oportunidades aos alunos para mostrarem o que sabem e o que são capazes de fazer.

4

4. POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

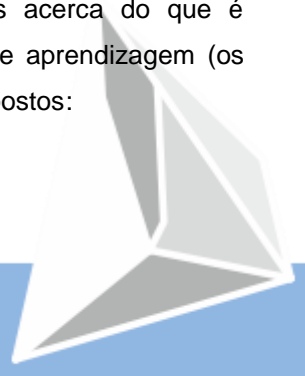
A avaliação como processo contínuo e integrado no ensino e na aprendizagem permite identificar, para cada aluno os seus pontos fortes, as suas fragilidades, fornecer *feedback* construtivo e orientá-lo. Para o professor, permite ajustar métodos, estratégias e metodologias nos processos de ensino. Dependendo dos objetivos e dos contextos da avaliação, os diferentes processos de recolha de informação inserem-se na avaliação formativa, com *feedback*, e na avaliação sumativa. No entanto, a avaliação também serve para classificar, ou seja, para determinar o que foi aprendido pelos alunos, com objetivos de certificação, no âmbito da avaliação sumativa. A avaliação certifica as aprendizagens realizadas no âmbito das áreas de competências inscritas no PASEO. A classificação constitui, assim, apenas uma parte do processo de avaliação.

Consequentemente, no AERT3, assumem-se como conceitos/elementos estruturantes, no âmbito da avaliação pedagógica, os que a seguir se enumeram:

4.1. Avaliação formativa ou Avaliação para as aprendizagens

A avaliação formativa deverá ser a principal modalidade de avaliação implementada pelo docente. É um processo contínuo, integrado no ensino e na aprendizagem, que permite conhecer o estágio de desenvolvimento dos alunos quanto a conhecimentos, capacidades e atitudes, proporcionando-lhes indicações claras acerca do que é necessário fazer a seguir. O seu principal propósito é melhorar o processo de ensino e de aprendizagem (os alunos aprendem, os professores ensinam e ambos avaliam) e assenta nos seguintes pressupostos:

- Interessa-se mais pelo processo do que pelos resultados;
- Torna o aluno no centro da sua aprendizagem;
- Permite diferenciar o ensino;



- Serve para o professor reorientar o ensino através da recolha de informação;
- Deve recorrer a processos/tarefas diversificados;
- É criterial;
- Deve permitir dar *feedback* de qualidade aos alunos;
- Serve para o aluno autorregular as suas aprendizagens;
- É orientada para melhorar e para aprender e não para classificar.

4.2. Feedback

O *feedback* corresponde ao processo de apoio das aprendizagens que permite reduzir a discrepância entre o conhecimento, capacidades ou competências (ou seja, aprendizagens atuais) e as que se pretendem alcançar com o ensino e as novas aprendizagens (Ramaprasad, 1983, citado por Machado & Candeias, 2022), pelo que, assume um lugar de destaque no processo de avaliação formativa. Deverá ser um processo contínuo, sistemático, individual, oportuno e centrado na tarefa, orientando os alunos no seu processo de aprendizagem, possibilitando a autorregulação.

Para que seja eficaz é essencial que os critérios de avaliação e os respetivos níveis de desempenho sejam claros e dados a conhecer, previamente, a todos os intervenientes. Deve ser simples e focado, orientado para se atingirem os objetivos ou metas de aprendizagem, fornecido em diferentes momentos, a par e passo com o desenvolvimento da tarefa. Pode ser fornecido de forma oral ou escrita, diretamente pelo professor ou recorrendo a aplicações ou plataformas digitais

Principais qualidades do *feedback* numa lógica de avaliação para as aprendizagens:

- **no plano cognitivo**, fornece aos alunos a informação de que eles precisam para compreenderem onde estão e o que precisam de fazer a seguir;
- **no plano motivacional**, desenvolve o sentimento de controlo sobre a sua própria aprendizagem, aumentando o grau de envolvimento dos alunos através de processos cada vez mais eficazes de autorregulação (Machado, 2021b).

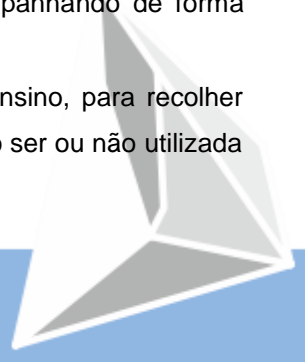
Apresenta uma componente inicial (*feedup*) de clarificação dos objetivos de aprendizagem e dos critérios de avaliação que serão utilizados e uma componente final (*feedforward*) de práticas de autoavaliação, por parte dos alunos, como processo de autorregulação e de avaliação, por parte do professor, como forma de melhoria do próprio ensino (Machado, 2021b).

4.3. Avaliação Sumativa ou Avaliação das Aprendizagens

A avaliação sumativa, também chamada avaliação das aprendizagens, “permite-nos elaborar um balanço, ou um ponto da situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer no final de uma unidade didática ou após ter decorrido um certo período de tempo” (Fernandes, 2021c, p. 3).

Características da avaliação sumativa:

- É pontual (ocorre em certos momentos pré-determinados e calendarizados), não acompanhando de forma sistemática o dia-a-dia;
- Não está integrada nos processos de ensino e de aprendizagem. É realizada após o ensino, para recolher informação no sentido de formular um juízo acerca do que os alunos aprenderam, podendo ser ou não utilizada para atribuir uma classificação;



- É criterial e normativa;
- Produz informação sistematizada e sintetizada acerca do que se considerou ter sido aprendido pelos alunos.

No sentido de operacionalizar a avaliação sumativa, deverão ser postas em prática diferentes tarefas, para as quais serão definidas rubricas com descritores de desempenho ou listas de verificação, processos aferidos a critérios, ou testes, entre outros.

4.4. Critérios de avaliação e níveis de desempenho

Os critérios de avaliação definem o desempenho desejável dos alunos. Indicam-lhes o que é essencial aprender e, portanto, avaliar, e correspondem ao que é considerado relevante, quer ao nível macro, de Agrupamento, quer ao nível micro, da tarefa. Possibilitam e promovem o acesso à aprendizagem para todos os alunos, constituindo uma verdadeira igualdade de sucesso (Fernandes, *et al.*, 2021).

Estão associados a descritores, da ordem da situação, diretamente observáveis, comportamentais, operacionais e contextualizados (Braga & Lagartixa, 2022), os quais apresentam níveis de desempenho, que orientam professores e alunos nos seus esforços de aprendizagem, tornando mais claro o que se espera que estes consigam saber e ser capazes de fazer com o seu trabalho (Fernandes, 2021e).

Os critérios são, assim, importantes referenciais de aprendizagem, que devem ser adequados, claros, observáveis, independentes e descrevendo ainda todas as aprendizagens relevantes. Têm de ser do conhecimento dos alunos e dos encarregados de educação.

Neste contexto, é fundamental selecionar tarefas e/ou propostas de trabalho e processos de recolha de informação que permitam uma avaliação rigorosa sobre o que se deseja que o aluno aprenda e o que seja capaz de fazer. Os critérios podem ser utilizados como função de realização, enquanto avaliação formativa, e como função de medida, enquanto avaliação sumativa (Braga & Lagartixa, 2022).

Os critérios constantes neste referencial, definidos com base nas competências previstas no PASEO e nas AE e aprovados em Conselho Pedagógico, constituem um referencial geral do Agrupamento para todas as disciplinas e todos os níveis de ensino.

4.6. Diversificação de processos de recolha de informação

Os processos de recolha de informação avaliativa referem-se a qualquer ação, formal ou informal, estruturada ou não, que permite obter dados acerca das aprendizagens e das competências dos alunos, em evidência numa determinada tarefa e que permite, ao professor ajudar os alunos a melhorarem as suas aprendizagens (Fernandes, 2021f). A instrumentalização da avaliação ocorre, assim, a partir da implementação de diversas técnicas e dos seus processos associados. Todos podem ser utilizados para a avaliação formativa ou para a avaliação sumativa, diferindo apenas na utilização que se vai dar à informação obtida (Fernandes, 2021i).

O desenvolvimento da avaliação formativa não implica, necessariamente, qualquer processo físico para a sua operacionalização, já que vai sendo sistemática e integrada. Já a avaliação sumativa exige o registo instrumental, particularmente quando com intenção classificatória (Fernandes, 2021d).

Os processos de recolha de informação devem ser diversificados, claros e com o propósito de obter dados relativos às múltiplas aprendizagens realizadas e às competências desenvolvidas pelos alunos. Devem ser utilizados de acordo com a necessidade sentida durante o processo de ensino e de aprendizagem, com a frequência e a diversidade necessárias, de modo a facilitar a distribuição de um *feedback* de elevada qualidade a todos os alunos. Deverão, ainda, ser ajustados às aprendizagens, sobre as quais se pretende obter informação, aos destinatários e aos contextos.

4.7. Participação dos alunos nos processos de avaliação

Na avaliação pedagógica, os alunos devem ser envolvidos de uma forma ativa e contínua, implicando-os como responsáveis da sua própria aprendizagem. A clarificação e a apropriação dos critérios de avaliação e dos respetivos níveis de desempenho, bem como a distribuição de um *feedback* de qualidade, descritivo e centrado na tarefa, induzirão o aluno num exercício de reflexão, ajudando-o a melhorar o seu desempenho (Fernandes, 2021g).

A promoção da autoavaliação, dentro da avaliação formativa, realizada de forma sistemática, permitirá que os alunos compreendam as suas dificuldades e proponham soluções para as resolver, numa dinâmica de construção do seu próprio saber e de autorregulação de processos de aprendizagem.

5. POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO

Uma política de classificação estabelece um conjunto de princípios e de características que definem o modo como se devem mobilizar os resultados da avaliação sumativa para atribuir uma classificação aos alunos. Define os procedimentos e as técnicas que serão utilizados para que seja possível certificar as aprendizagens dos alunos através das respetivas classificações (Fernandes, 2021h). Define, também, o algoritmo a utilizar e que determina as classificações dos alunos (Fernandes, 2021i).

A atribuição de classificações, decorrentes da avaliação sumativa, pressupõe a definição de critérios de avaliação que explicitem os níveis de desempenho dos alunos e a escolha de processos de recolha de informação que permitam analisar de forma consistente e clara os resultados obtidos com o intuito de tomar decisões.

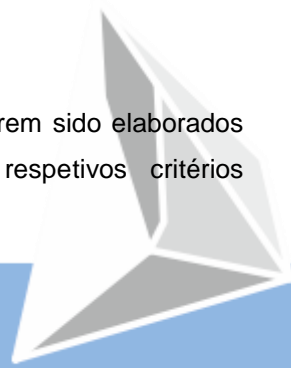
A triangulação, pela diversificação de processos, permite avaliar mais aspetos dos domínios/temas, lidar melhor com a diversidade de alunos e reduzir os erros inerentes a qualquer processo de avaliação (Lagartixa & Picado, 2022). Os resultados da avaliação formativa não são, portanto, mobilizados para classificar os alunos (Fernandes, 2021c).

Sugerem-se os seguintes procedimentos para uma classificação efetiva:

- Para cada domínio/tema/área seleccionadas tarefas, são elaborados processos que contemplem os critérios de avaliação com os respetivos descritores de desempenho;
- Os processos de recolha de informação deverão ser selecionados de forma a estarem contemplados todos os critérios transversais, na sua globalidade;
- Para cumprimento do anterior requisito, os dados de avaliação sumativa orientados para a classificação deverão seguir o princípio da diversificação, pelo que o professor deverá assegurar a triangulação dos processos não baseando a sua recolha de informação apenas num tipo de processo (Ex.: Teste/Questão de aula).

A certificação das aprendizagens efetivamente realizadas, utilizando instrumentos de recolha diversificados, expressa-se quantitativamente num valor classificatório.

Os documentos relativos a cada disciplina deverão ser anexados a este referencial após terem sido elaborados pelos grupos disciplinares, os quais determinarão as ponderações atribuídas aos respetivos critérios estabelecidos, e aprovados em Conselho Pedagógico.



Critérios de classificação do AERT3

Critérios de avaliação	Descritores	Níveis de desempenho			Processo de recolha de informação classificatória
		Muito Bom	Suficiente	Fraco	
CONHECIMENTOS (científico, técnico e tecnológico)	Conhece os conceitos, as teorias e as técnicas	Conhece plenamente os conceitos, as teorias e as técnicas	Conhece alguns conceitos, teorias e técnicas	Não conhece conceitos, teorias e técnicas	Testes
	Compreende os conceitos e as teorias	Compreende plenamente conceitos, teorias	Compreende alguns conceitos e teorias	Não compreende os conceitos e as teorias	
CAPACIDADES	Relaciona os conceitos e as teorias	Relaciona plenamente os conceitos e as teorias	Relaciona com alguma correção os conceitos e as teorias	Não relaciona os conceitos e as teorias	Listas de verificação
	Aplica conceitos a novas situações de aprendizagem	Aplica eficazmente conceitos a novas situações de aprendizagem.	Aplica com alguma eficácia conceitos a novas situações de aprendizagem.	Não aplica conceitos a novas situações de aprendizagem.	
Cidadania ativa e dos desafios atuais	Mobiliza, integra e utiliza conceitos para a resolução de problemas/desafios	Mobiliza, integra e utiliza sempre conceitos para a resolução de problemas/desafios	Nem sempre mobiliza, integra e utiliza conceitos para a resolução de problemas/desafios	Não mobiliza , não integra, nem utiliza conceitos para a resolução de problemas/desafios	Rubricas
	Comunica ideias em diferentes contextos de aprendizagem	Comunica, com correção e clareza , ideias em diferentes contextos de aprendizagem	Comunica, nem sempre de forma correta e clara, ideias em diferentes contextos de aprendizagem	Não comunica , com correção nem clareza , ideias em diferentes contextos de aprendizagem	
COMPROMISSO	Revela sentido crítico e criatividade, relacionando conhecimentos dentro da área disciplinar e entre diferentes áreas disciplinares	Revela elevado sentido crítico e criatividade, relacionando conhecimentos dentro da área disciplinar e entre diferentes áreas disciplinares	Revela algum sentido crítico e alguma criatividade, relacionando conhecimentos dentro da área disciplinar e entre diferentes áreas disciplinares	Não revela sentido crítico nem criatividade, relacionando conhecimentos dentro da área disciplinar e entre diferentes áreas disciplinares	Listas de verificação
	Revela autonomia e capacidade de trabalho, em diferentes contextos colaborativos	Revela sempre autonomia e capacidade de trabalho, em diferentes contextos colaborativos	Revela algumas vezes autonomia e capacidade de trabalho, em diferentes contextos colaborativos	Não revela autonomia nem capacidade de trabalho, em diferentes contextos colaborativos	
COMPROMISSO	Cumprir as regras estabelecidas	É sempre pontual, apresentando sempre comportamento e linguagem adequados, respeitando sempre a autoridade e as instruções do professor	Nem sempre é pontual, nem apresenta comportamento adequado e nem sempre respeita a autoridade e as instruções do professor	Não é pontual, não tem um comportamento adequado e não respeita a autoridade e as instruções do professor	Listas de verificação
	Empenha-se de forma ativa no seu processo educativo	Empenha-se sempre na realização das tarefas propostas em sala de aula, fazendo-se acompanhar pelo material exigido	Nem sempre se empenha na realização das tarefas propostas, e nem sempre se faz acompanhar no material exigido	Não se empenha na realização das tarefas propostas e não se faz acompanhar do material exigido	

6. BIBLIOGRAFIA

- Braga, F. & Lagartixa, C. (2022). *Avaliação referida a critérios: pressupostos, conceitos e práticas pedagógicas*. In “Capacitar para Melhorar as Práticas de Avaliação Pedagógica nas Escolas - Ação de Capacitação do Projeto MAIA. Sessão 3. Ministérios da Educação/Direção-Geral de Educação (DGE).
- Braga, F., Machado, E. A. & Candeias, F. (2022). *Avaliação referida a critérios. Perspetivas de conceção e execução. Texto de apoio 7 à formação*. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Cardoso, S. (2021). *Avaliação referida a Critérios: Perspetivas Práticas Contemporâneas*. In *Ideias e Práticas Para Melhorar as Aprendizagens, o Ensino e a Avaliação Pedagógica*. Projeto MAIA – 1.º webinar. Ministério da Educação/Direção-Geral de Educação (DGE).
- Cardoso, S. e Coelho, J.P. (2021). *Critérios de Avaliação: Questões de operacionalização*. Folha 14 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Estratégica Nacional de Educação para a Cidadania.
- Fernandes, D. (2021a). *Avaliação Formativa*. Folha 1 de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021b). *Avaliação Pedagógica, Classificação e Notas: Perspetivas Contemporâneas*. Folha 10 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021c). *Avaliação Sumativa*. Folha 2 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021d). *Classificação e Avaliação Pedagógica: Conceitos e Práticas Essenciais*. In *Ideias e Práticas Para Melhorar as Aprendizagens, o Ensino e a Avaliação Pedagógica*. Projeto MAIA – 1.º webinar. Ministério da Educação/Direção-Geral de Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021e). *Critérios de Avaliação*. Folha 4 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021f). *Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (Fundamentos)*. Folha 7 de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021g). *Diversificação dos Processos de Recolha de Informação (dois exemplos)*. Folha 8 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021h). *Para a Conceção e elaboração do Projeto de Intervenção no âmbito do Projeto MAIA*. Texto de apoio 3 à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021i). *Para uma Fundamentação e Melhoria das práticas de Avaliação Pedagógica no Âmbito do Projeto MAIA*. Texto de apoio 1 de apoio à formação - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Fernandes, D. (2021j). *Para uma inserção pedagógica dos critérios de Avaliação*. Texto de apoio 2 à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Inspecção-Geral da Educação e Ciência (IGE). (2023). *Relatório de Avaliação Externa das Escolas 2021-2022. Agrupamento de Escolas de Rio Tinto N.º 3. Área Territorial de Inspeção do Norte*.
- Lagartixa, C. & Picado, J. (2022). *Processos de recolha de informação: funções, diversidade e triangulação*. In “Capacitar para Melhorar as Práticas de Avaliação Pedagógica nas Escolas - Ação de Capacitação do Projeto MAIA. Sessão 5. Ministério da Educação/Direção-Geral de Educação (DGE).
- Leite, L. (2000). *As actividades laboratoriais e a avaliação das aprendizagens dos alunos*. In Sequeira, M. et al. (Org.). *Trabalho Prático e Experimental na Educação em Ciências* (pp. 91-108). Braga: Universidade do Minho.
- Machado, E. A. & Candeias, F. (2022). *O feedback para a melhoria das aprendizagens: definição, modelos e práticas*. In “Capacitar para Melhorar as Práticas de Avaliação Pedagógica nas Escolas - Ação de Capacitação do Projeto MAIA. Sessão 2. Ministérios da Educação/Direção-Geral de Educação (DGE).
- Machado, E. A. (2021a). *Autoavaliação*. Folha 15 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Machado, E. A. (2021b). *Feedback*. Folha 3 de apoio à formação. - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Machado, E. A. (2021c). *Participação dos alunos nos processos de avaliação*. Folha 6 de - Projeto de Monitorização, Acompanhamento e Investigação em Avaliação Pedagógica (MAIA). Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Martins, G., Gomes, C., Brocardo, J., Pedroso, J., Camillo, J., Silva, L., Encarnação, M., Horta, M., Calçado, M., Nery, R., & Rodrigues, S. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE).
- Plano Estratégico de Educação para a Cidadania de Agrupamento.